

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.473 - RJ (2012/0189612-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : EDUARDO AUGUSTO ERVEDOSA MOTA E OUTROS
ADVOGADOS : JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO - DF005137
EDUARDO AUGUSTO ERVEDOSA MOTA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - RJ027897
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por EDUARDO AUGUSTO ERVEDOSA MOTA e OUTROS contra decisão que não conheceu do recurso especial com base nas Súmulas 282, 283 do STF e 7/STJ, bem como na assertiva de que não é cabível o ajuizamento de ação rescisória por alegação de violação a dispositivo de lei, nos termos do art. 485, V, do CPC/73. Isso porque a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de ser *"incabível ação rescisória fundada em violação de literal dispositivo de lei quando visa a desconstituir decisão rescindenda que se utilizou de uma dentre as interpretações possíveis ou de interpretação analógica"*.

A parte agravante sustenta, em resumo: (I) a inaplicabilidade da Súmula 282 do STF, porquanto foram prequestionadas as matérias pertinentes aos 3º, 20, §§ 3º e 4º, 267, VI, 468 e 604, § 2º, do CPC/73, bem como a não incidência da Súmula 283 do STF e; (II) *"assim, é dizer, em resumo, que o v. acórdão desse Augusto Tribunal, transitado em julgado, condenou o INSS em verba honorária de 10% sobre o valor da condenação, em decisão transitada em julgado! No entanto, como a decisão rescindenda não observou este decisum, determinando o cálculo da sucumbência sobre o valor da causa, violou a coisa julgada! Veja-se, pois, que para se examinar esta questão não há necessidade de revolvimento do contexto probatório, mas apenas e tão somente, repita-se, da petição inicial da rescisória e do v. acórdão combatido. [...] Ao contrário, se à época da rescisória a matéria estava pacificada nessa Colenda Corte, o entendimento é o de que é cabível a rescisória e a decisão que não a admite viola o disposto no art. 485, V, do CPC/73. Confira-se a seguinte decisão da Colenda Primeira Seção, em julgamento repetitivo: [...]"* (fls. 384/385).

A parte recorrida não apresentou impugnação.

É O RELATÓRIO.

Ante as razões deduzidas e tendo em conta a necessidade de melhor exame das questões suscitadas, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 362/367.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação pelo especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator